

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.806 - PR (2019/0244437-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : CYNTHIA LOURENCO
EMBARGANTE : LUIS EDUARDO LOURENCO
ADVOGADO : NATANIEL PINOTTI BROGLIO - PR022215
EMBARGADO : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADOS : REINALDO MIRICO ARONIS - PR035137
CIBELE DOS SANTOS FIGUEIREDO MACIEL - PR054131
GABRIEL LOPES MOREIRA - RS057313

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por CYNTHIA LOURENÇO e outro em face da decisão acostada às fls. 1199-1203, e-STJ, da lavra deste signatário, em que se negou provimento a agravo em recurso especial manejado pelos ora embargantes.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 1206/1211, e-STJ) os embargantes alegam contradição no *decisum* impugnado quanto as testemunhas, porquanto "as supostas pessoas que prestaram aquelas declarações não existem, foram criadas pela parte ré/recorrida e estas pessoas e/ou testemunhas não foram ouvidas em juízo, ou seja, não confirmaram as alegações da ré."

Afirmam, por fim, que as testemunhas eram da seguradora e não deles e insurgem-se acerca do ônus da prova.

Impugnação às fls.1214/1217, e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

1. Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, a embargante alega contradição no se que se refere ao ponto relativo as testemunhas.

Razão não lhe assiste.

Conforme afirma a decisão embargada, (...)

Com efeito, conforme se depreende do trecho do acórdão recorrido citado no tópico anterior, o Tribunal local, à luz dos elementos probatórios acostados aos autos, concluiu que era o irmão menor que esta dirigindo, tampouco considerou existir boa-fé da segurada, o que justificaria o não pagamento por parte da seguradora dos danos. Confira-se:

Ainda do Boletim de Ocorrência, podemos verificar que o acidente

ocasionou danos nos dois veículos, bem como ferimentos no condutor e na passageira do Prisma, mas que até o término da elaboração do documento, o condutor da Saveiro não havia se apresentado (pág. 01 e 04 do mov. 1.4).

A este respeito, o então condutor e ora apelante, Luis Eduardo Lourenço, apresentou defesa perante o Detran/PR ante o auto de infração lavrado em seu desfavor, por deixar o condutor envolvido em acidente de identificar-se a policial e prestar informações, tendo sido indeferida pela autoridade de trânsito que assim consignou (mov. 139.1):

(...) No contrato em questão, há previsão (item 19, alínea d) de isenção de obrigação da Seguradora também se "o veículo segurado for conduzido, com ou sem consentimento do Segurado, por pessoa não habilitada (...)".

Para que a cobertura não fosse possível, ainda que o carro estivesse sendo conduzido por pessoa sem habilitação, era necessário provar que o segurado agiu com culpa grave ou dolo, agravando o risco.

Com efeito, a meu ver, logrou êxito a seguradora quanto a tal ônus (art. 373, inciso II, do NCPC), tendo em vista que restou evidenciado que a segurada não observou o estrito dever de agir com probidade e boa-fé dos contratantes, dando causa suficiente a perda do direito de indenização.

Neste ponto, importante consignar que a parte autora poderia ter desconstituído as alegações da seguradora ré, mas não o fez, tendo desistido da produção da prova testemunhal (oitiva das testemunhas que apresentaram as declarações acima mencionadas), conforme se denota da ata da audiência de instrução e julgamento de mov. 124.1.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que tal premissa fosse derruída. Para tanto, todavia, seria necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 05 e 07 do STJ.

Portanto, tendo a decisão embargada decidido de modo claro e fundamentado, apenas contrário aos interesses da parte embargante, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

2. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator